

368/2001/001/2001

FEAM	
PROTOCOLO Nº	069/2003
DIVISÃO	011/2003
MAT.:	VISTO:

FUNDAÇÃO ESTADUAL
89
PL Nº
MEIO AMBIENTE

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Proc Adm COPAM/PA/N. 368/2001/001/2001

S A A E – SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO, via de s/representante legal que esta assina, vem a presença de V. Sa., com o devido respeito e acatamento, nos autos do processo retro, para interpor o presente e o faz aduzindo o seguinte:

Nos termos do OF/COPAM/FEAM/N. 069/2003, foi proferido decisão no processo oriundo do Auto de Infração 290/2001, pela qual foram aplicadas duas penalidades ao suplicante, a saber: Multa de 33.334 UFIRs e apresentação de projeto p/contenção de rejeitos.

Ora Sr. Presidente, o suplicante foi duramente penalizado por um acontecimento cujos danos ambientais foram visivelmente diminutos.

Efetivamente restou indubitoso que o produto vazado teve como seu primeiro destino o Córrego Figueirinha, *corgo* este, que atravessa a cidade e recebe volumosa carga de esgoto residencial e toda sorte de poluição que nele é atirada pela população.

Dessa forma, nos 50 metros percorridos até a desembocadura, misturado com volumosa massa severamente degradada e altamente poluída daquele “Córrego” – no qual inexistia qualquer espécie de vida - o hidróxido de sódio ali derramado perdeu praticamente todo o seu teor corrosivo, e, especialmente deu a matéria putrefata lançada pelo Figueirinha no Rio Doce, pelo menos uma desbastada no seu altíssimo teor de imundície.

Não se pode olvidar que mencionado produto é utilizado exatamente no tratamento da água, sendo, portanto, seus efeitos poluentes, mínimos e efêmeros, rápida e facilmente neutralizados pela água.

Sobre o assunto verifica-se no Peticer Técnico DIQAS 018/01 registros no sentido de que:

[Assinatura]

011/2003

“Os resultados das análises não evidenciaram a presença de soda cáustica no meio e apenas indicaram estado de degradação do corpo d’água na confluência do córrego Figueirinha com o Rio Doce”

“Segundo este parecer, os órgãos internos como fígado e rim necrosados e hemorrágicos estão ligados a um processo crônico de contaminação por agentes químicos, característico de ambientes que vem sofrendo uma ação impactante por um longo período de tempo”.

Pelo que registrou mencionado Parecer, firmado por profissionais do mais alto conhecimento, não se pode atribuir ao suplicante responsabilidade por qualquer degradação ambiental e muito menos pela morte de peixes.

Aliás, referido documento peca pela falta de informações imprescindíveis a um trabalho de tal envergadura.

Falta nele, por exemplo, informações claras e transparentes sobre a quantidade de peixes encontrados mortos (tantos exemplares ou tantos quilos) e as dimensões deles, se eram peixes adultos ou ainda em crescimento.

Ninguém ignora que qualquer ser vivo de pouca idade pode morrer com muito mais facilidade de do que um adulto que já tenha toda a sua estrutura orgânica formada.

Por outro lado, os peritos afirmaram o estado de saúde dos peixes examinados já era claramente debilitado por **PROCESSO CRÔNICO DE CONTAMINAÇÃO - CARACTERÍSTICO DE AMBIENTES QUE VEM SOFRENDO UMA AÇÃO IMPACTANTE POR UM LONGO PERÍODO DE TEMPO . . .**

O Parecer Técnico N. 400438, relativo ao exame dos exemplares de peixes recolhidos, em sua folha 51, registra:

“Os exemplares apresentavam a superfície do corpo NORMAL. As nadadeiras ESTAVAM INTEGRAS, DE ASPECTO NORMAL . . . OS OLHOS DOS EXEMPLARES . . . estavam NORMAIS . . . OS RAQUES BRANQUIAIS ESTAVAM INTEIROS, SEM ALTERAÇÕES . . .

Se os peixes estavam assim **TÃO NORMAIS**, em que eles foram prejudicados pela ação da soda ? Ora, nem os olhos dos peixes foram alterados . . . e não eram peixes adultos, de tamanho grande não. Eram peixes pequenos, frágeis, anêmicos, doentes (em razão da água poluída do Rio Doce)

Sem a menor dúvida, se algum peixe tivesse tido contato com soda - ainda mais peixes pequenos e novos - suas nadadeiras, guelras e outras partes do corpo - estariam fatalmente danificadas e corroídas pelo produto

Detalhe que não pode passar despercebido é a afirmação contida no B.O de que:



“O acidente causou a mortandade de milhares de peixes de várias espécies, numa extensão de 1,5 Km”

Ora, não se vê nenhuma prova de que tenha havido morte de peixes numa extensão de 1,5 Km. Recolheram-se, é certo, alguns exemplares de peixes mortos, mas, MORTANDADE DE MILHARES DE PEIXES é muito diferente. Se tivesse mencionado algumas dezenas, talvez houvesse acerto, desde que a quantidade tivesse sido registrada com exatidão, ou, pelo menos o peso dos peixes recolhidos.

Pode até ter sido encontrado algum exemplar longe da foz do Figueirinha, mas, daí a afirmar que em toda aquela distância haviam peixes mortos é muito diferente.

Senhor julgador, outro fator de suma importância é que o Rio Doce é também altamente degradado e poluído, não sendo nenhuma novidade se encontrar peixes mortos boiando na água, especialmente onde acumula maior volume de lixo e material em decomposição.

Sem a menor sombra de dúvidas, alguns peixes mortos foram encontrados, mas, QUANTOS ? QUAL O TAMANHO DE CADA UM DELES ? QUAL O PESO DE CADA UM DELES OU MESMO DE TODOS ELES ? Ninguém procurou anotar.

Pelas razões de fato e de todo o articulado no presente Pedido de Reconsideração, o suplicante invocando o alto espírito de justiça que norteia as decisões emanadas desse órgão, espera confiante na procedência deste para anular a penalidade imposta, ou, não sendo este o vosso respeitável entendimento, na pior das hipóteses, ser reduzido o valor da multa para um patamar condizente com o fato penalizado.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Governador Valadares/MG, fevereiro 10, ano 2.003


Eng.º Eduardo Byrro
DIRETOR GERAL DO SAAE